

Decreto-Lei n.º 64/2007, de 14 de março, na sua versão atualizada.
Código Penal

Data 2023-10-26

AVISO

ENCERRAMENTO ADMINISTRATIVO IMEDIATO E URGENTE DO ESTABELECIMENTO DE APOIO SOCIAL DENOMINADO "ERPI - ARCO ÍRIS"

O Instituto da Segurança Social confirmou o encerramento administrativo imediato e urgente do estabelecimento de apoio social denominado "ERPI - ARCO ÍRIS", com as seguintes características:

- exerce a atividade de Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI);
- com fins lucrativos;
- não estando licenciado;
- funciona sob a propriedade de GHULAM HUSSAIN;
- está instalado em Estrada da Senhora da Boa Morte, 1A, Povos, VILA FRANCA DE XIRA.

Artigos 35.º e 36.º do Decreto-Lei n.º 64/2007

Porque ordenamos o encerramento do estabelecimento

O Instituto da Segurança Social, IP confirmou o encerramento, através da Deliberação n.º 215, de 2023-10-26, que ratificou o despacho de 2023-08-21 do/a Diretora do Departamento de Fiscalização, do ISS, IP, suportado na determinação da Autoridade de Saúde Pública, do Agrupamentos de Centros de Saúde Estuário Tejo, porque o estabelecimento estava em atividade com deficiências graves nas condições de instalação, segurança, funcionamento, salubridade, higiene e conforto, representando um perigo potencial para os direitos dos utentes e a sua qualidade de vida.

Artigos 35.º e 36.º do Decreto-Lei n.º 64/2007

Consequências do incumprimento da deliberação

Caso o estabelecimento seja reaberto ou a atividade de apoio social continue de forma ilegal, a entidade responsável será sujeita a procedimento criminal pelo crime de desobediência.

Alínea b) do artigo 348.º do Código Penal

Local e prazo de afixação do aviso

Este aviso deve estar afixado **durante 30 dias** na entrada principal de acesso ao estabelecimento.

N.º 3 do artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 64/2007

Consequência da não afixação do aviso

Quem impedir a sua afixação será sujeito a procedimento criminal pelo crime de resistência ou coação sobre funcionário. Quem o remover deliberadamente antes do fim do prazo de 30 dias será sujeito a procedimento criminal pelo crime de arrancamento, destruição ou alteração de editais.

Artigos 347.º e 357.º do Código Penal

Pelo Conselho Diretivo



Ana Vasques
Presidente

